PROTOCOLO GERAL
NUP: 64114.007053/2023-51

ASSUNTO

NR 04/2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
1° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Interessado: Pelotão de Obras do1° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (Amv).

Assunto: Pregão Eletrônico SRP nr 04/2023 – eventual aquisição de serviço para manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto.

VOLUME 01

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 1ª BDA INF SL
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS
AV. SÃO JORGE, Nº 650, BAIRRO SÃO JORGE, CEP: 69033-000 – MANAUS, AMAZONAS.
E-MAIL: SALC1BISAMV@GMAIL.COM

Ofício nº 499-SALC/FISC ADM/B Adm
EB: 64114.007867/2023-96

Manaus – AM, 18 de outubro de 2023.

À Ilma. Senhora
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611 – Ed. José Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14

Assunto: Análise Jurídica.

Senhor Consultor Jurídico,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: 15 dias	
e-mail: salc1bisamv@gmail.com	Telefone: (92) 98417-0926
NUP: 64114.007053/2023-51	Nº de volumes: 01(um) volume
Valor: R$ 51.415,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e quinze reais)	Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 04/2023
Prazo: 12 (doze) meses	Sigla do Órgão: 1º BIS (Amv) – UASG 160006
Data de abertura do processo: 06/10/2023	
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado? Modelo para pregão Eletrônico - Compras	
Houve alteração? ( ) SIM (X) NÃO	

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: Envio de processo digital versando sobre o Pregão Eletrônico SRP 04/2023, de aquisição de Serviços de Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto do 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), para exame e aprovação jurídica dessa Consultoria do Estado do Amazonas.			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: (marque de acordo com os conceitos a seguir) - **AQUISIÇÕES**			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			

VAGNER [redacted] - 1º Ten
Chefe Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

NR FLS 01
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
1° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE ABERTURA

PROCESSO N° 64114.007053/2023-51

PREGÃO ELETRÔNICO – N° 04/2023

Em conformidade com o disposto nas Instruções Gerais para realização de Licitações e Contratos do Ministério da Defesa (Exército Brasileiro) (IG 12 – 02), lavro o Termo de Abertura do Processo Administrativo referente à licitação para eventual aquisição de serviço de manutenção da estação de tratamento de esgoto deste Batalhão.

Manaus, AM, de 06 de outubro de 2023.

VAGNER [redacted] – 1° Ten
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

NR Fl. 56
Assinatura

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica[1].

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

NR FLS 03
Assinatura

VERIFICAÇÃO <u>COMUM</u> A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[2]	Sim	01 e 47
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[3]	Sim	96
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[4]	Sim	47
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?[5]	Sim	47
Consta documento de formalização de demanda?[6]	Sim	12-14
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[7]	Não	96
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[8]	Sim	
Há Estudo Técnico Preliminar?[9]	Sim	12-26
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[10]	Sim	15-26
Há Análise de Riscos?[11]	Sim	19-23
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[12]	Sim	96
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[13]	Sim	25
Há termo de referência?[14]	Sim	72-87
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022?[15]	Sim	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[16]	Sim	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	

NR FLS 04
Assinatura

Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? [17]	Não	96
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? [18]	Sim	72-87
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo[19]?	Sim	85
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Sim	85
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?[20]	Não é o caso	
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? [21]	Sim	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[22]	Sim	
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? [23]	Sim	
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? [24]	Não é o caso	
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?[25]	Sim	
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Sim	
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? [26]	Não é o caso	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? [27]	Não é o caso	

NR FLS 05

Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? [28]	Não é o(a)s	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? [29]	Sim	30-46
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? [30]	Sim	30-46
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? [31]	Sim	30-46
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? [32]	Não é o(a)s	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? [33]	Sim	30-46
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações		

NR FLS 06
Assinatura

similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?[34]	Sim	37
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?[35]	Sim	37-39
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?[36]	Sim	40-46
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?[37]	Sim	40-46
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?[38]	Sim	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?[39]	Sim	40-46
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?[40]	Sim	37
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?[41]	Não há óbice	

Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?[42]	Sim	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?[43]	Sim	96
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[44]	Não é o caso	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISIÇÕES</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?[45]	Não é o caso	
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?[46]	Não é o caso	
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?[47]	Não é o caso	
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?[48]	Não é o caso	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[49]	Não é o caso	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?[50]	Não é o caso	
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Não é o caso	
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Não é o caso	
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?[51]	Não é o caso	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[52]	Não é o caso	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[53]	Não é o caso	

Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[54]	Não é o caso	
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[55]	Não é o caso	

VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA</u> PARA CONTRATAÇÃO DE <u>SERVIÇOS EM GERAL</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[56]	Sim	
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?[57]	Sim	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[58]	Não é o caso	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[59]	Sim	96
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?[60]	Sim	77
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?[61]	Não é o caso	
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?[62]	Sim	
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?[63]	Sim	
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?[64]	Sim	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos		

NR FLS

autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[65]	Não é caso	

[1] ON AGU 69/2021: "Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

[2] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[3] Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[4] Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[5] Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

[6] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[7]. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[8] Art. 18 da Lei 14133/21

[9] Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

[10] Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

NR FLS 10

[...]
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
[...]
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[11] Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[12] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

[13] Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21
Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

[14] Art. 18, II, da Lei 14133/21; IN ME nº 81/2022.

[15] Art. 4º da IN ME nº 81/2022.

[16] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas; art. 9º, §3º, da IN ME nº 81/2022.

[17] Art. 7º da IN ME nº 81/2022.

[18] Art. 9º da IN ME nº 81/2022. Embora os modelos devam contemplar todos esses elementos, é recomendável conferir se eles estão presentes na versão final.

[19] art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

[20] O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que "o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". Já o art. 70, III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

[21] Art. 10 da IN ME nº 81/2022.

[22] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

[23] Art. 18, V, da Lei 14133/21.

[24] Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.

[25] Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[26] Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

[27] Art. 9º, I, "a", e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

[28] Art. 9º, I, "a", e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

[29] Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017;

[30] Art. 23 da Lei 14133/21.

[31] Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/21.

[32] Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21.

[33] Art. 3º da IN Seges 65/21.

[34] Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21.

[35] Art. 5º, II, da IN Seges 65/21.

[36] Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN Seges 65/21.

[37] Art. 5º, IV, da IN Seges 65/21.

[38] Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/21.

[39] Art. 5º e §2º, inc. II, da IN Seges 65/21.

[40] Art. 5º e §2º, inc. III, da IN Seges 65/21. Prevê o art. 4º da IN Seges 65/21, referido no item: "Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto."

NR FLS
Assinatura

[41] Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN Seges 65/21.
[42] Art. 18, XI, da Lei 14133/21. Art. 10 da IN Seges 65/2021.
[43] Prevê o art. 3º do referido Decreto: "Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."
[44] Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000".
[45] Art. 20 da Lei 14133/21. Decreto nº 10818/21.
[46] Art. 40, I, da Lei 14133/21
[47] Art. 40, II, da Lei 14133/21
[48] Art. 40, III, da Lei 14133/21
[49] Art. 40, V, "a", da Lei 14133/21
[50] Art. 40, V, "b", da Lei 14133/21
[51] Art. 40, V, "c", da Lei 14133/21
[52] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[53] Art. 41, I, da Lei 14133/21
[54] Art. 41, III, da Lei 14133/21
[55] Art. 44 da Lei 14133/21
[56] Art. 47, I, da Lei 14133/21
[57] Art. 47, II, da Lei 14133/21
[58] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[59] Art. 48 da Lei 14133/21
[60] Art. 47, §2º, da Lei 14133/21
[61] Art. 48, II, da Lei 14133/21
[62] Art. 48, III, da Lei 14133/21
[63] Art. 48, VI, da Lei 14133/21
[64] Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21
[65] Art. 49 da Lei 14133/21

NR FLS
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

DIEx Req nº 079- PEL OBRAS/1º BIS (Amv)
EB: 64114.007053/2023-51

Manaus–AM, 03 de Outubro de 2023.

Do Comandante do Pelotão de Manutenção e Transporte

Ao Sr. Ordenador de Despesas

Assunto: aquisição de serviços de manutenção em estação de tratamento de esgoto

Anexos: estudo preliminar, mapa de gerenciamento de riscos,

pesquisas de preço, mapa comparativo,

solicitação formal para as empresas, orçamentos e termo de responsabilidade.

1- FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Nos termos do contido no Art. 13 da IG 12-02, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas do Batalhão no sentido de que seja autorizada a manutenção do Posto de Distribuição Classe III da 12° Região Militar, a cargo do 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel).

ITEM	CAT-SER	DESCRIÇÃO	UND	QNTD TOTAL	VALOR UNIT (MÉDIA)	VALOR TOTAL
1		SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICOQUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado.	Serviços	4	R$ 1.537,50	R$ 6.150,00
2		SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração.	Serviços	24	R$ 660,00	R$ 15.840,00
3		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com	Serviços	2	R$ 1.540,00	R$ 3.080,00

NR FLS 13
Assinatura

		retirada de lodo e limpeza do tanque.				
4		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho.	Serviços	12	R$ 1.355,00	R$ 16.260,00
5		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE.	Serviço	1	R$ 4.962,50	R$ 4.962,50
6		SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011	Serviço	1	R$ 5.122,50	R$ 5.122,50
TOTAL DA LICITAÇÃO						R$ 51.415,00

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de Estações de Tratamento de Esgoto — ETE's, existente no 1° Batalhão de Infantaria de Selva (AEROMÓVEL) – 1° BIS (AMV), com fornecimento de materiais, mão de obra e com execução do serviço, visando atender às necessidades da contratante.

3 – MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Os militares responsáveis pelo levantamento geral das necessidades, viabilidade da contratação e levantamento dos custos serão o Cap PAULO e 3° Sgt BASTOS.

ANTONIO [redacted] Cap
Integrante administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

VICENTE [redacted] – 3° Sgt
Integrante técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

NR FLS 14

Assinatura

Despacho do OD:

1. Autorizo o início dos procedimentos administrativos e determino a abertura do Processo de licitação na modalidade ***Dispensa de licitação, tipo SRP, na forma Eletrônica***, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

3. Publique-se.

Manaus - AM, 03 de outubro de 2023.

RUI C[redacted] Cel
Ordenador de Despesas do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv)

Estudo Técnico Preliminar 6/2023



1. Informações Básicas

Número do processo: 64114.007053/2023-51

2. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE do 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), com base na Lei 14.133/21, a qual disciplina os procedimentos de Licitações e Contratos Públicos e nas suas alterações dadas pelos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (lei de Responsabilidade Fiscal/LRF).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de Obras	Antônio [redacted] - Cap - Responsável
Pelotão de Obras	Vicente [redacted] - 3° Sgt - Apoio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1. O licitante deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 5° da Lei n° 14.133/21 e com o Art. 5° da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2. Aplicar as normas técnicas da associação brasileira de normas técnicas – ABNT NBR, referente ao fornecimento de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência;

4.1.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.5. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo Hexavalente (Cr (VI), Cádmio (Cd), BifenilPolibromados (PBBs), Éteres Difenil- Polibromados (PBDEs);

4.1.7. Adote práticas de sustentabilidade na fabricação, envio e fornecimento dos objetos, bem como, dos descartes dos materiais não utilizados quando da fabricação, tais como os relacionados nos incisos I a IV do Art. 5° da IN n° 1, de 2010;

4.1.8. Caso não se confirme a adequação do produto com a Norma de Sustentabilidades Ambientais, a proposta selecionada será desclassificada;

4.1.9. Visando efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editas de licitações promovidas pela administração pública, em atendimento ao Art. 170 da CF

SR FLS 119
Assinatura

/1988, ao Art. 5° da Lei n° 14.133/21 alterado pela Lei n° 12.349/2010, a Lei n° 12.178/2009, Lei n° 12.305/2010 e art. 5° da Instrução Normativa n° 1/2010 da SLTI/MPOG, a adjudicatária deverá apresentar declaração de sustentabilidade ambiental;

4.1.10. Tais exigências visam atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade da administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e sócio ambiental entre as partes contratantes.

4.2. Prazo de contratação

4.2.1. O período de aquisição será de 12 (doze) meses, conforme prazo de validade da respectiva ata de registro de preços – ARP.

4.3. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.3.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum as mais diversas entidades, considerando suas respectivas rotinas administrativas.

4.3.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, sem, contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.4. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.4.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 / ME, obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.4.1.1. da Ordem de Prioridade da Pesquisa:

a) Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br) (Art. 2°, I);
b) Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços (Art. 2°, II). Deve ser ressaltado, que os dois parâmetros acima devem ser priorizados, conforme se verifica no art. 2°, §1° da IN 05;
c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso (Art. 2°, III);
d) Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2°, IV). Neste caso, os fornecedores deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, com prazo de resposta não inferior a cinco dias úteis (Art. 3°).
4.4.1.2. Por fim, os parâmetros acima poderão "ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência" (Art. 2°, §1°).
4.4.2. Ainda em relação às disposições IN 05 devem ser ressaltados os seguintes aspectos:
4.4.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:
a) a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos; (Art. 2°, § 2°);
b) que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços; (Art. 2°, § 2°), podendo, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (Art. 2°, § 6°);
c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Art. 2°, § 2°);
d) que poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente. (Art. 2°, § 3°);
e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (Art. 2°, § 4°).
4.4.2.2. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS: a) Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação
de vendas (Art. 4°).
4.5. Descrição da solução como um todo
4.5.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.
4.5.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos insumos

NR FLS 13
Assinatura

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum às mais diversas entidades, considerando suas respectivas rotinas administrativas.

5.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3 deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração e, por consequência, o interesse público sem, contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração e, por consequência, do interesse público.

6.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos insumos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 1°, IV da Instrução Normativa 05/2017 c/c art. 18, §1° e 2°, da Lei 14.133/21, a equipe que abaixo subscreve este estudo, fez o levantamento preliminar para contratação da empresa para prestação de serviço de manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE do Cmdo do 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel).

7.2. Segue abaixo a relação dos serviços que foram identificados conforme a necessidade desta Administração, contendo o código de cadastro do serviço junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas estimativas de quantitativo total e de requisição mínima e máxima por pedido:

Item	Cat Mat	Especificação	Unid	Qtde Total
1	19526	SERVIÇOS DE ANALISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	4
2	19526	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	24
3	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	2
4	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho.	Und	12

		Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).		
5	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	1
6	19526	SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	1

NR FLS 18
Assinatura

7.4. em relação às estimativas de preços, tais parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado, conforme diretrizes constantes no subitem 4.4 deste estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 51.415,00

Considerando os orçamentos encontrados, optou-se pelo uso da **MÉDIA** dos 4 (quatro) orçamentos restantes, que resultou no valor orçado de R$ 51.415,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e quinze reais).

Sendo assim, foi utilizado os seguintes critérios para estimativa do valor do objeto:

a. 1 (uma) fonte de orçamento com base no inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65.

b. 3 (Três) fontes de orçamento, cada uma fundamentada no inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65.

A utilização dessas fontes alinha-se ao rigor e à transparência necessários para o adequado planejamento e execução do projeto em questão.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Nova Lei de Licitações, llei 14.133/21, em seu art. 18º, § 1º inciso VIII c/c art. 7º, inciso VII da IN 40/2020, elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

9.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

9.3. No presente caso, como se trata de itens relacionados, há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos.

9.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens que serão adquiridos, esta equipe optou pelo o não parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, nos termos da legislação vigente.

NR FLS 19
Assinatura

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O planejamento para a contratação de serviço de manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto do 1° BIS (Amv), adotando-se a modalidade pregão, na sua forma eletrônica pelo Sistema de Registro de Preços fica evidenciada, pois há a necessidade de contratações frequentes, por se tratar de um serviço de manutenção preventiva, a qual demanda determinados tipos de ações (serviços) a serem realizadas na ETE ao longo do período de vigência do contrato e ainda por ser considerado necessário e imprescindível ao 1° BIS(Amv), no desempenho de suas atribuições, enquadrando-se no prescrito nos inc. I e II do art. 3° do Dec. 7.892/13.

12. Gerenciamento de Risco

12.1. O presente estudo tem por escopo identificar os principais riscos (probabilidade) envolvidos nesta contratação, bem como, identificar os danos (atribuindo graus de impacto), assim como os responsáveis pela prevenção/tratamento e ainda ações de contingenciamento, conforme disposto nas linhas seguintes.

12.2 A classificação de risco será aferida pelo seguinte método: probabilidade x impacto = classificação de risco

12.3. Identificação e tratamento dos riscos

12.3.1. Risco nº 1 - Equipe de planejamento sem afinidade com a matéria ou a devida capacitação:

a. Identificação do dano: *Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos para a União.*

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	**(X)**	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo(2)	Médio (3)	**Alto (4)**	Muito Alto (5)
Impacto	( )	( )	( )	(X)	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo(2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
( )	( )	**(X)**
Risco baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	**Risco Extremo (15 a 25)**

c. Ações Preventivas e de Contingência:

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Capacitação de militares responsáveis pela elaboração do estudo.
2	Fiscalização dos trabalhos por parte da Seção responsável pela seleção de fornecedor.
Id	**Ação de Contingência** **(obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação** **preventiva)**
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

NR FLS 20
Assinatura

12.3.2. Risco nº 2 - Descrição genérica de itens da licitação

a. Identificação de Dano:

A descrição genérica de itens da licitação podem causar inúmeros danos à aquisição de materiais. O maior destaque é a aquisição de materiais desnecessários, em detrimento da real necessidade da Administração.

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	( )	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

c. Ações Preventivas e de Contigência:

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: conferir se a descrição de cada item elencado no pedido atende às especificações técnicas previstas em lei, se for o caso, bem como se confere como a descrição constante no Catálogo de Materiais – CatMat – no âmbito do SIASG.
2	Caso o item esteja em desacordo com as exigências acima, as especificações deverão ser retificadas pelo setor técnico/requisitante.

Id	Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação preventiva)
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

12.3.3. Risco nº 3 - Elencar itens na licitação, sobretudo, em relação às especificações técnicas, sem observar regulamentação específica de órgãos fiscalizadores, tais como: INMETRO, ANVISA, IBAMA, etc.

a. Identificação de Dano:

Aquisição de produtos sem a devida certificação dos órgãos fiscalizadores. tal fato compromete a segurança da administração e traz a possibilidade de real de dano à saúde dos servidores responsáveis pela respectiva manipulação.

b. Classificação de Risco:

NR FLS 22
Assinatura

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Preliminar, com especial atenção para as especificações dos itens, a fim de identificar eventual legislação que rege a matéria.

Id	Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da açãopreventiva)
1	Setor requisitante: - verificar se há possibilidade de aproveitamento dos produtos adquiridos; - Em caso positivo, orientar os usuários acerca da devida cautela para a manipulação do material.

12.3.4. Risco nº 4 - Estimativa de quantitativo excessivamente acima da necessidade da administração:

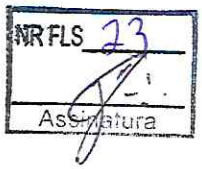
a. Identificação de Dano:

Licitante vencedor poderá não entregar os bens, tendo em vista que durante a fase de disputa declinou os valores ofertados, na percepção aparente de que o respectivo bem seria requisitado em grandes quantidades.

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	**(X)**	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	**Alto (4)**	Muito Alto (5)
Impacto	( )	( )	( )	( )	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
( )	( )	(X)
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	**Risco Extremo (15 a 25)**



c. Ações Preventivas e de Contingência:

Id	**Ação Preventiva** (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Técnico Preliminar, com especial atenção para as justificativas dos quantitativos.
2	Em caso de justificativas "genéricas" que não correspondam ou não se aproximem da realidade da administração, o processo deverá ser devolvido ao Setor Requisitante para os justes necessários.

Id	**Ação de Contingência** (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação preventiva)
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A realização da manutenção preventiva regular da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) traz uma série de benefícios significativos para a administração desta Unidade Militar. Abaixo estão os principais benefícios a serem alcançados:

a. Garantia de Funcionamento Adequado:

A manutenção preventiva assegura que todos os componentes da ETE estejam operando dentro de suas especificações e capacidades nominais, evitando falhas inesperadas e interrupções no tratamento de esgoto.

b. Prolongamento da Vida Útil dos Equipamentos:

Ao identificar e corrigir precocemente desgastes ou danos nos equipamentos da ETE, é possível estender sua vida útil, evitando assim a necessidade de substituições prematuras, o que seria mais custoso.

c. Eficiência Energética:

Com a manutenção regular, é possível ajustar e calibrar os sistemas da ETE para operarem de maneira mais eficiente, economizando energia e reduzindo os custos associados.

NR FLS 24
Assinatura

d. Atendimento às Normativas Ambientais:

O 1º BIS (Amv) estará em conformidade com todas as leis e regulamentações ambientais vigentes, evitando multas e penalidades decorrentes de descumprimentos.

e. Redução de Riscos à Saúde e Segurança:

A manutenção preventiva minimiza os riscos de vazamentos, transbordos ou outros incidentes que possam comprometer a segurança dos militares e a saúde pública.

f. Preservação do Meio Ambiente:

Uma ETE bem mantida garante que o esgoto seja tratado de forma eficaz, reduzindo os impactos negativos sobre os corpos d'água e os ecossistemas locais.

g. Economia Financeira:

A manutenção preventiva, embora represente um investimento inicial, é mais econômica a longo prazo, pois evita gastos excessivos com reparos emergenciais ou substituições de equipamentos.

h. Preservação da Imagem Institucional:

Manter a ETE em pleno funcionamento e em conformidade com as normativas ambientais reflete positivamente na imagem do 1º BIS perante a comunidade local e outras instituições militares.

i. Aprimoramento da Capacidade Operacional:

Ao garantir o funcionamento adequado da ETE, o 1º BIS pode concentrar seus recursos e esforços em suas atividades-fim, sem serem desviados para lidar com problemas de tratamento de esgoto.

j. Contribuição para a Sustentabilidade:

Ao tratar de maneira eficiente os resíduos líquidos produzidos, o 1º BIS demonstra comprometimento com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, alinhando-se a práticas modernas de gestão ambiental.

Portanto, a administração do 1º BIS (Amv) colherá diversos benefícios ao investir na manutenção preventiva regular da Estação de Tratamento de Esgoto, promovendo eficiência operacional, responsabilidade ambiental e economia de recursos.

14. Providências a serem Adotadas

Consoante ao inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, elencam-se as providências que serão adotadas pela administração, de forma prévia à formalização do contrato para a realização do Pregão Eletrônico referente à Manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto:

a. Levantamento Detalhado das Demandas de Manutenção:

Realizar um levantamento minucioso das necessidades de manutenção na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), identificando os equipamentos, sistemas e componentes que requerem intervenção.

b. Elaboração do Termo de Referência (TR):

Preparar o Termo de Referência (TR) que descreva de forma precisa os serviços de manutenção necessários, incluindo especificações técnicas, prazos, critérios de aceitação e outros requisitos pertinentes.

c. Cotação de Preços e Orçamentos:

Realizar a cotação de preços junto a fornecedores potenciais, garantindo a competitividade do processo. Analisar e comparar os orçamentos recebidos, considerando critérios como preço, qualidade dos serviços e prazos de execução.

d. Adequação do Ambiente Organizacional:

Verificar se o ambiente da organização está preparado para receber os serviços de manutenção, providenciando eventuais adaptações ou ajustes necessários para a execução dos trabalhos.

NR FLS 25
Assinatura

e. Capacitação de Servidores ou Empregados:

Prover treinamento e capacitação aos servidores ou empregados incumbidos da fiscalização e gestão contratual. Esta capacitação abrangerá conhecimentos relativos aos procedimentos específicos da manutenção da ETE e às obrigações contratuais.

f. Definição da Equipe de Fiscalização:

Designar os profissionais responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços contratados, garantindo que possuam o conhecimento técnico necessário para avaliar a qualidade e conformidade das atividades realizadas.

g. Preparação da Documentação para o Pregão Eletrônico:

Providenciar toda a documentação exigida para a realização do Pregão Eletrônico, incluindo o edital, o Termo de Referência, os anexos e demais documentos pertinentes.

g. Divulgação do Edital e Realização do Pregão Eletrônico:

Publicar o edital e os demais documentos do certame no sistema de compras governamentais e conduzir o Pregão Eletrônico de acordo com os procedimentos estabelecidos.

h. Avaliação e Habilitação dos Participantes:

Avaliar as propostas apresentadas pelos fornecedores, verificando a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Realizar a habilitação dos participantes de acordo com os critérios previamente definidos.

i. Adjudicação e Homologação:

Adjudicar o objeto do contrato ao fornecedor vencedor do certame e homologar o resultado do Pregão Eletrônico.

j. Celebração do Contrato:

Formalizar o contrato com o fornecedor selecionado, incluindo todas as cláusulas e condições acordadas.

Por meio dessas providências, a administração se encontra devidamente preparada para conduzir o Pregão Eletrônico, visando à Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto, em estrita observância às normativas vigentes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A Manutenção Preventiva da Estação de Tratamento de Esgoto do 1º BIS (Amv) representa uma iniciativa benéfica, sem a introdução de impactos negativos de relevância. Ao contrário, ela se traduz em uma série de vantagens operacionais, econômicas e ambientais tanto para este Batalhão, quanto para a comunidade circundante.

Sendo assim, visando cumprir a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, como condição de habilitação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o licitante DEVERÁ preencher e assinar documento que declara expressamente aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as Normas de Proteção ao Meio Ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CLTI/MPOG), sob pena de inabilitação de sua proposta.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

NR FLS 26

Assinatura

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e dos quantitativos de material, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE das aquisições, desde que sejam observadas as disposições acerca dos riscos apontados no item 12 deste estudo, por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda dos materiais para a administração.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANTONIO [redacted]

Membro da comissão de contratação

NR FLS 27
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE RESPONSABILIDADE

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64114.007053/2023-51)

Declaro para os devidos fins que fui o responsável pela verificação e constatação dos orçamentos levantados para a contratação de empresa especializada em prestação do serviço (Estação de Tratamento de Esgoto) em atendimento as necessidades do 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AMV), sob responsabilidade do Pelotão de Manutenção e Transporte desta OM.

Declaro ainda que para a elaboração da pesquisa supracitada observou-se o prescrito na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, como segue:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III – dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:
I – prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

NR FLS 28
Assinatura

II – obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
a) descrição, valor unitário e total;
b) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente;
c) endereços físicos e eletrônico telefone de contato;
d) data de emissão; e
e) nome completo e identificação do responsável.

III – registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores a que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Metodologia

"Art. 6° Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5°, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§1° Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§2° Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§3° Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§4° Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5° Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6° Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5°, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Declaro que os preços cotados do serviço a ser adquirido foram pesquisados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços. Por não ter sido encontrado a quantidade condizente para a pesquisa de preço em contratações similares da administração pública, foi pesquisado também com fornecedores dispostos a realizarem o serviço disposto no termo de referência seguindo assim o inciso II e IV do art. 5° da Instrução Normativa SEGES/ME n° 65, de 07 de julho de 2021.

Manaus- AM, 01 de outubro de 2023.

NR FLS 29
Assinatura

ANTONIO [redacted] **– Cap**
Comandante do Pelotão de Obras do 1° BIS (Amv)

NR FLS 30
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

1° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)

(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)

BATALHÃO AMAZONAS

MAPA COMPARATIVO PREGÃO 04/2023 UASG 160006

Item 01: SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICOQUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado.

Item 02: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração.

Item 03: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto-ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque.

Item 04: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho.

Item 05: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE.

Item 06: SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011

NR FLS 31
Assinatura

Item 01: SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICOQUÍMICAS DE EFLUENTES

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	4 Serviços	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	4 Serviços	R$ 1.800,00	R$ 7.200,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	4 Serviços	R$ 1.650,00	R$ 6.600,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	4 Serviços	R$ 1.200,00	R$ 4.800,00
Valor Médio Unitário	R$ 1.537,50		

NR FLS 32
Assinatura

Item 02: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração.

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	24 Serviços	R$ 800,00	R$ 19.200,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	24 Serviços	R$ 790,00	R$ 18.960,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	24 Serviços	R$ 650,00	R$ 15.600,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	24 Serviços	R$ 400,00	R$ 9.600,00
Valor Médio Unitário	R$ 660,00		

NR FLS 33

Assinatura

Item 03: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque.

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	2 Serviços	R$ 1.500,00	R$ 3.500,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	2 Serviços	R$ 1.890,00	R$ 3.780,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	2 Serviços	R$ 1.770,00	R$ 3.540,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	2 Serviços	R$ 1.000,00	R$ 2.000,00
Valor Médio Unitário	R$ 1.540,00		

NR FLS 34
Assinatura

Item 04: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho.

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	12 Serviços	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	12 Serviços	R$ 1.290,00	R$ 15.480,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	12 Serviços	R$ 1.630,00	R$ 19.560,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	12 Serviços	R$ 1.000,00	R$ 12.000,00
Valor Médio Unitário	R$ 1.355,00		

NR FLS 35
Assinatura

Item 05: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	1 Serviços	R$ 3.800,00	R$ 3.800,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	1 Serviços	R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	1 Serviços	R$ 4.500,00	R$ 4.500,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	1 Serviços	R$ 2.550,00	R$ 2.550,00
Valor Médio Unitário	R$ 4.962,50		

NR FLS 36

Assinatura

Item 06: SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em em/issão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011

Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72	1 Serviços	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS EIRELI - 34.937.570/0001-24	1 Serviços	R$ 4.990,00	R$ 4.990,00
RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI - 22817953/0001-80	1 Serviços	R$ 6.800,00	R$ 6.800,00
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 12.715.889/0001-72 Pregão 09/2022 – UASG 160015	1 Serviços	R$ 3.700,00	R$ 3.700,00
Valor Médio Unitário	R$ 5.122,50		

NR FLS 37

Assinatura

JUSTIFICATIVA

Os critérios deste mapa comparativo deram preferência para os incisos I e II conforme prevê o § 1º do Art 5º da IN 65/2021 da SEGE/ME. No entanto não foram encontrados dados suficientes para sua construção pois não condizem com a realidade do mercado atual levando em consideração a logística para o estado do Amazonas e diminuta contratação destes itens pela Administração pública.

Por conta disso, foi utilizado o inciso IV pois sua aplicação é específica para o local onde o serviço será realizado. Dito isso, foram cumpridos os requisitos encontrados no Art. 5º §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº65, de 07 de julho de 2021.

Levando em consideração essas ponderações, esta contratação foi identificada como restrita. Por isso, aplicou-se orçamentos de três empresas distintas combinada com uma contratação pública para cada item.

ANTONIO [redacted] – Cap

Comandante do Pelotão de Obras do 1º BIS (Amv)

NR FLS 38
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
2ºGrupamento de Engenharia de Construção

Pregão Nº 00019/2022(SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

12.715.889/0001-72 - CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário	UNIDADE	4	R$ 1.233,3300	R$ 1.200,0000	R$ 4.800,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇOS DE ANALISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.

2	Coleta / tratamento - esgoto sanitário	UNIDADE	24	R$ 416,6700	R$ 400,0000	R$ 9.600,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: serviços de manutenção em estação de tratamento de esgoto, características: especializado em manutenção preventiva em estação de Tratamento de Esgoto - ETE , com inspeção de estação em in loco inclui cloração. Conforme Projeto Básico/ Termo de Referência.

3	Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário	UNIDADE	2	R$ 1.000,0000	R$ 1.000,0000	R$ 2.000,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.

4	Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário	UNIDADE	12	R$ 1.000,0000	R$ 1.000,0000	R$ 12.000,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.

5	Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário	UNIDADE	1	R$ 2.566,6700	R$ 2.550,0000	R$ 2.550,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência

6	Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário	UNIDADE	1	R$ 3.733,3300	R$ 3.700,0000	R$ 3.700,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Projeto Básico /Termo de Referência.

Total do Fornecedor: R$ 34.650,0000

Valor Global da Ata: R$ 34.650,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o **Relatório**

Voltar

NR FLS 39

Assin...

NR FLS 40
Assinatura

PROPOSTA COMERCIAL

Ao 1º Batalhão de Infantaria de Selva - 1º BIS
Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Razão Social: CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 12.715.889/0001-72
Banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência: 1746 Conta: 300123-0
Praça de pagamento: PAMPULHA Fone: (92) 3342-1396
Contato: LEONARDO E-mail: contato@engenhariacasanova.com.br
Dados do representante legal responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:
Nome: LEONARDO BORGES FALCONE
Identidade: 4365681
CPF: 742.625.646-49

Prezados Senhores,
Estamos cotando o(s) item(ns) a seguir relacionado(s), com vistas ao seu fornecimento a essa Organização Militar, de acordo com as condições estipuladas no Edital correspondente e toda legislação aplicável.
Declaramos ter total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Valor Total*
1	SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	4	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	24	R$ 800,00	R$19.200,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	2	R$1.500,00	R$3.000,00
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características:				

Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, 811 - sala 103,
Edifício Sky Platinum Office
Bairro Chapada - Manaus/AM - Brasil
Tel.: (92) 3342-1396 / 3085-1390
99318-6809 / 99369-6809 / 98176-2902

SRFLS 41 Assinatura

4	especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV..	12	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	1	R$ 3.800,00	R$ 3.800,00
6	SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Projeto Básico /Termo de Referência.	SERV.	1	R$5.000,00	R$ 5.000,00
VALOR TOTAL GERAL:					**R$ 55.000,00** ***(cinquenta e cinco mil reais)***

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
Nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de quaisquer naturezas, incidentes sobre o objeto desta Licitação.

Atenciosamente,

Manaus, 17 de agosto de 2023.

12.715.889/0001-72
CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-ME
Rua Francisco Vaz de Melo, 82 - Santa Rosa
CEP: 31.255-710
Belo Horizonte - MG

Engº Leonardo Falcone
RG: 4365681
CPF: 742.625.646-49

Av. Dr. Theomario Pinto da Costa, 811 - sala 103,
Edifício Sky Platinum Office
Bairro Chapada - Manaus/AM - Brasil
Tel.: (92) 3342-1396 / 3085-1390
99318-6809 / 99369-6809 / 98176-2902

WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS-EIRELI

C.N.P.J – 34.937.570/0001-24

PROPOSTA SERVIÇO N° 231/2023

18/082023

NR FLS 42

Assinatura

Ao 1º Batalhão de Infantaria de Selva – 1º BIS

Prezado Senhor,

Apresentamos a seguir nossa proposta de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE do 1º Batalhão de Infantaria de Selva – 1º BIS.

Atenciosamente,

Wagner Mitsuoka
Consultor Comercial
Tel.: (92) 99131-2853

WM PERFURAÇÕES E MANUTENÇÕES DE POÇOS-EIRELI

C.N.P.J – 34.937.570/0001-24

PROPOSTA SERVIÇO N° 231/2023

Apresentação da Proposta Comercial:

Escopo dos serviços será de acordo com o descrito no projeto básico.

NR FLS 43

Assinatura

VALORES

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Valor Total*
1	SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	4	R$ 1.800,00	R$ 7.200,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	24	R$ 790,00	R$18.960,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto– ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	2	R$1.890,00	R$3.780,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV..	12	R$ 1.290,00	R$15.480,00
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto –	SERV.	1	R$ 9.000,00	R$ 9.000,00

FLS 44
Assinatura

	ETE. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.				
6	SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Projeto Básico /Termo de Referência.	SERV.	1	R$ 4.990,00	R$ 4.990,00
VALOR TOTAL GERAL:					**R$ 59.410,00**

TRIBUTOS

Inclusos.

FORA DE ESCOPO

- A contratada deverá fornecer local de armazenamento de material, acesso a sanitários, pontos de energia e água;

PRAZO

Contrato anual.

PAGAMENTOS

Nota de empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA

90 dias

RAF SERVIÇOS

NR FLS 45
Assinatura

Assistencia Técnica Autorizada SANEFLUX

RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI-ME

SOMOS UMA EMPRESA SITUADA NA CIDADE DE MANAUS AM, E ESTAMOS OFERECENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ETE DO 1º BIS.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Valor Total*
1	SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	4	R$ 1.650,00	R$ 6.600,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	24	R$ 650,00	R$15.600,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV.	2	R$1.770,00	R$3.540,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.	SERV..	12	R$ 1.630,00	R$ 19.560,00
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: Especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em	SERV.	1	R$4.500,00	R$ 4.500,00

RAF SERVIÇOS

FLS 46

Assinatura

Assistencia Técnica Autorizada SANEFLUX

RAF SERVIÇOS DE INSTALAÇÔES HIDRAULICAS EIRELI-ME

	Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Projeto Básico/Termo de Referência.				
6	SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Projeto Básico /Termo de Referência.	SERV.	1	R$6.800,00	R$ 6.800,00
VALOR TOTAL:					**R$ 56.600,00**

OBS: Esses valores são de mão de obra e de todos os materiais fornecido pela RAF Serviços.

Manaus-AM, 17 de agosto de 2023

END: Rua Santo Ivo Nº3 Bairro Cidade de Deus, CEP-69099-246 MANAUS-AM

FONE: (092) 991625733 /993580436/ 991703449

CNPJ: 22817953/0001-80

E-MAIL: robinson.farias18@hotmail.com

Robinson Andrade Farias.
RAF SERVIÇOS

Pág nº 1942
RUBRICA FLS 917
Assinatura

Abertura de processo licitatório – Autorização

1. Fundamento Jurídico – Em conformidade no disposto no Artigo 8º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, determino o início do procedimento licitatório e determino a abertura do Processo Administrativo EB:64114.007053/2023-51, correspondente ao Pregão Eletrônico SRP nº 04/2023, de acordo com o despacho do DIEx Req nº 32-PEL OBRAS/FISC ADM/B Adm que possui como objeto aquisição de serviço de manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto para o 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

2. Motivação - O 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) conta com mais de 700 integrantes que dependem de suas instalações para o cumprimento de seus deveres. Além disso, existe mais uma unidade dentro de suas instalações responsável pela formação dos reservistas da maior parte da guarnição de Manaus, o Centro de Formação de Reservistas. Dito isso, há uma necessidade manter o funcionamento de sua estação de tratamento de esgoto. Seu bom funcionamento é imprescindível para as atividades diárias e a manutenção da saúde de seus agentes.
Dada esta grande estrutura e o grande fluxo de militares, constantemente suas instalações necessitam de manutenção e limpeza para manter a condição sanitária para prosseguimento nas missões. Para que os militares possam permanecer e pernoitar, quando necessário, em suas Companhias (SU), as mesmas necessitam estar em condições de serem utilizadas, tanto para as instruções quanto para o descansos em seus alojamentos.

3. Origem do Recurso - A contratação do serviço ocorrerá por conta do Recurso Orçamentário alocado e disponibilizado por ocasião do respectivo empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

4. Designação da equipe - Cap ANTONIO [redacted] - Integrante administrativo da equipe de planejamento;
1° Ten WAGNER [redacted] - Pregoeiro;
3° Sgt VICENTE [redacted] - Integrante técnico da equipe de planejamento.

Cap ANTONIO [redacted]
1° Ten VAGNER [redacted]
3° Sgt VICENTE [redacted]

Em consequência, o Fisc Adm, SALC e demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 83646, de 28 de setembro de 2023, da(o) Div Adm)

b. SINDICÂNCIA

1) Portaria de Instauração

a) Este Comando tomou conhecimento do DIEx nº 8009-2ª Cia Fuz Sl/Cmdo, de 14 SET 23, EB: 64114.007194/2023-74, que versa sobre acidente ocorrido com o Sd EP [redacted] RODRIGUES, da 2ª Cia Fuz Sl, instauro a respeito esta sindicância que tem por objeto apurar se o acidente ocorreu em serviço ou não, analisar a atual situação nosológica do acidentado, bem como verificar se houve transgressão disciplinar, imperícia, imprudência ou desídia por parte do militar envolvido, delego para esse fim, o 2º Sgt In [redacted] **ÁVILA**, da Cia C Ap, através da Portaria nº 097/Div Pes/1° BIS (Amv) EB: 64114.007367/2023-54, de 27 SET 23, as atribuições que me competem, de acordo com Art. 4, Inciso III, das Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB 10-IG-09.001), aprovadas pela Portaria nº 107, de 13 FEV 12. Os trabalhos da presente sindicância devem ser concluídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do primeiro dia útil do recebimento.

NR FLS 48
Assinatura

Gestor de Compras IRP Manifestar Interesse Analisar IRP Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Detalhes do Item da IRP

05/10/2023 16:20:14

Órgão da UASG: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora: 160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM

Nº da IRP: 160006 - 00005/2023

Situação da IRP: Transferida

Gestor de Compras Responsável: GABRIEL DE MELO

Data Provável da Licitação: 30/11/2023

Data de Confirmação da Participação:

Objeto: Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto do 1º BIS (Amv).

Eventos da IRP

Nenhum registro a ser exibido.

Alterações de Fase da IRP

Fase	Data/Hora do Registro	Alterado Por
Edição	05/10/2023 - 12:48	GABRIEL DE MELO
Transferida	05/10/2023 - 17:19	GABRIEL DE MELO

Manifestações de Interesse da IRP

Nenhum registro a ser exibido.

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Data Limite para Envio de Proposta	Situação
1	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido
2	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido
3	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido
4	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido
5	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido
6	Serviço	19526-Coleta / Tratamento - Esgoto Sanitário		Transferido

6 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Resumo da IRP

Solução SERPRO

gov.br

Compras.gov.br

FLS 49

Assinatura

PREGÃO ELETRÔNICO

04/2023

CONTRATANTE (UASG)

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL) - 160006

OBJETO

Contratação de serviço de Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de Estações de Tratamento de Esgoto do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 51.415,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XX:XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

NR FLS 50
Assinatura

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 18
11. DOS RECURSOS 19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 22

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 51
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

(Processo Administrativo n.º 64114.007053/2023-51)

Torna-se público que o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), Organização Militar do exército brasileiro subordinada ao Comando Militar da Amazônia, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediada na Av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será divida em itens, conforme a tabela constante no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço do item, observadas as exigências contida neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 58
Assinatura

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 93
Assinatura

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 54
Assinatura

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

NR FLS 55
Assinatura

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Descrição do objeto, contento as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 56
Assinatura

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 57
Assinatura

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 58
Assinatura

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

NR FLS 59
Assinatura

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

NR FLS 60
Assinatura

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

NR FLS 61
Assinatura

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 62
Assinatura

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

NR FLS 64
Assinatura

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 65
Assinatura

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

NR FLS 66
Assinatura

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste edital.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 68
Assinatura

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

NR FLS 69
Assinatura

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

NR FLS 20
Assinatura

da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail salc1bisamv@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.comprasgovernamentais.gov.br/, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC, nos dias úteis, no horário das 09:30 horas às 11:00 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e, na sexta, das 08:30 horas às 11:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Manual de operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto – 1º BIS (Amv);

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.4. ANEXO III – Modelo de Proposta.

Manaus/AM, 14 de setembro de 2023.

RUI [redacted] – Cel

Ordenador de Despesas do 1º BIS (Amv)

NR FLS 12
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

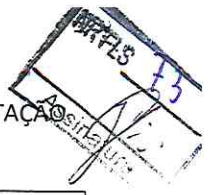
PREGÃO Nº 04/2023
(Processo Administrativo n.º 64114.007053/2023-51)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de Estações de Tratamento de Esgoto do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	CATSER	Qtde (Frequência no ano)	Valor Unit.	Valor Total
1	**SERVIÇOS DE ANALISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES:** Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	4	R$ 1.537,50	R$ 6.150,00
2	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO:** Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	24	R$ 660,00	R$ 15.840,00
3	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO:** Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	2	R$ 1.540,00	R$ 3.080,00

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)



4	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO:** Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	12	R$1.355,00	R$ 16.260,00
5	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO:** Características: especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	1	R$ 4.962,50	R$ 4.962,50
6	**SERVIÇO DE EMISSÃO:** Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	19526	1	R$5.122,50	R$ 5.122,50

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do momento de vigência da ata, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

I) O objeto da contratação ainda não está previsto no Plano de Contratação anual, porém o objeto será acrescentado no período de 15 de setembro a 15 de outubro deste ano, conforme o Art. 13 da Nova Instrução Normativa sobre o Plano de Contratações Anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A implementação de manutenções preventivas e corretivas desempenha um papel fundamental na otimização da lucratividade e durabilidade dos equipamentos e sistemas. Tal prática se mostra crucial para evitar possíveis interrupções e perdas decorrentes da inatividade de equipamentos essenciais ao adequado

funcionamento, bem como para prevenir o desgaste prematuro dos mesmos e, ainda mais importante, para prevenir acidentes envolvendo os operadores.

3.3. A fim de prover o suporte necessário e implementar melhorias no 1º BIS(Amv), bem como para atender às demandas de produção, é imperativo adotar rigorosos padrões de higiene e segurança alimentar. Isso se faz especialmente relevante, dada a complexidade intrínseca à organização de produção.

NR FLS 74
Assinatura

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O licitante deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o Art. 5º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.2. Aplicar as normas técnicas da associação brasileira de normas técnicas – ABNT-NBR, referente ao fornecimento de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, Anexo I, deste Edital;

4.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT-NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.5. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo Hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), BifenilPolibromados (PBBs), Éteres Difenil-Polibromados (PBDEs);

4.7. Adote práticas de sustentabilidade na fabricação, envio e fornecimento dos objetos, bem como, dos descartes dos materiais não utilizados quando da fabricação, tais como os relacionados nos incisos I a IV do Art. 5º da IN nº 1, de 2010;

4.8. Caso não se confirme a adequação do produto com a Norma da Sustentabilidade Ambiental, a proposta selecionada será desclassificada;

4.9. Visando efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitações promovidas pela administração pública, em atendimento ao Art. 170 da CF/1988, ao Art. 3º da Lei nº 12.305/2010 e Art. 5º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a adjudicatária deverá apresentar declaração de sustentabilidade ambiental conforme modelo em anexo deste Edital;

4.10. Tais exigências visam atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade ambiental e sócia ambiental entre as partes contratantes.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



Vistoria

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 07:30 horas às 15:00 horas e sexta-feira, das 07:30 horas às 11:00 horas.

4.14. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.15.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O serviço deverá ser iniciado imediatamente no prazo de 04 (quatro) dias corridos após o recebimento do empenho, caso haja algum empecilho para prestação do serviço, deverá ser comunicado de forma escrita e imediatamente, elencando os motivos para a não prestação do serviço naquele momento, assim como o período em que o mesmo será prestado;

5.1.2. Situações Urgentes nas quais uma potencial suspensão das atividades realizadas na CONTRATANTE é verificada: devem ser atendidas em um prazo máximo de 12 (doze) horas

5.1.3. Ações Corretivas que obedecem a um planejamento que contempla as necessidades típicas do Setor de Aprovisionamento da CONTRATANTE deve ser atendidas em um prazo compatível com a natureza e complexidade dos serviços de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.4. Executar os serviços, objetos deste Termo de Referência, em conformidade com todas as legislações vigentes, as especificações e características consignadas em sua proposta de preços, e ainda, quaisquer componentes adicionais necessários à execução dos serviços;

5.1.5. O horário destinado à execução do serviço corresponde ao horário normal de expediente, ou seja, de segunda à quinta-feira das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas e, na sexta-feira das 07:30 às 11:00 horas;

5.1.6. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

NR FLS 76 Assinatura

5.1.7. Manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando da retirada e entrega dos materiais, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

5.1.8. O recebimento do serviço da contratação estará condicionado à conferência, de qualitativo e quantitativo para aceitação final, obrigando-se a Contratada a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, as eventuais incorreções porventura detectadas;

5.1.9. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições da prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;

5.1.10. Responder pelos danos causados pela violação dos direitos da CONTRATANTE;

5.1.11. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone indicado na respectiva proposta de preços, como outras informações julgadas necessárias para o recebimento de Correspondência encaminhada pela CONTRATANTE;

5.1.12. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes na demora em executar o serviço bem como pelas perdas, até o efetivo recebimento dos serviços pela Contratante;

5.1.13. Responder, também por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do serviço;

5.1.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto da CONTRATANTE;

5.1.15. Cumprir rigorosamente os termos do Edital e seus anexos, os quais se vinculam totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas;

5.1.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a mesma imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato a ser firmado;

5.1.17. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato a ser firmado;

5.1.18. Não poderá alegar como motivo de força maior para justificar o atraso na prestação do serviço, a má execução ou a inexecução do Contrato decorrente este certame;

5.1.19. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE;

5.1.20. Assumir todas as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

5.1.21. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, vitimar algum de seus empregados no decorrer da execução do serviço ou em conexão com eles;

5.1.22. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do respectivo contrato;

5.1.23. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no respectivo processo licitatório;

5.1.24. Cumprir, também, como todas as obrigações não consignadas expressamente, nestes subitens, mas que previamente estabelecidas no edital.



Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda à quinta-feira das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas e, na sexta-feira das 07:30 às 11:00 horas;

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Tela de gradeamento;

5.4.2. Soprador; e

5.4.3. Temporizador.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A Contratada apresentará, no máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

5.6.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.6.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

5.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de :

5.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.7.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.7.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

5.7.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

5.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

5.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



5.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

5.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.15. Será considerada extinta a garantia:

5.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.15.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

5.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

5.17. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

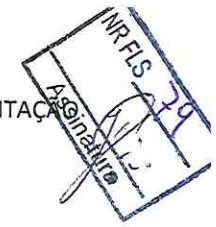
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

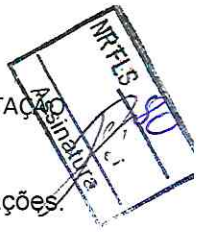
Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a



eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

7.3. No prazo de 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

NR FLS 81 Assinatura

7.4.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.4.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.5. No prazo de até *10 (dez) dias corridos*a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;



7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

7.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 51.415,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e quinze reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

NR FLS 216
Assinatura

Manaus-AM, 01 de outubro de 2023.

ANTONIO [redacted] - Cap
Comandante do Pelotão de Obras do 1º BIS (Amv)

NR FLS 87
Assinatura

Manaus-AM, 14 de fevereiro de 2023.

VAGNER [redacted] – 1º Ten

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do 1º BIS(Amv)

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Aprovo o presente Termo de Referência, por atender plenamente às necessidades do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv), tanto quanto aos aspectos descritivos dos itens, quanto aos quantitativos. Os serviços a serem adquiridos são de importância fundamental às necessidades deste batalhão.

Manaus, 06 de OUTUBRO de 2023.

RUI [redacted] - Cel
Ordenador de Despesas do 1º BIS (Amv)

NR FLS 88

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 04/2023

O 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), com sede na Av. São Jorge, 650, na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.595.355/0001-45, neste ato representado pelo Coronel **Rui** [redacted], nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 485 de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91 de 12 de maio de 2022, portador do CPF nº [redacted]907, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2023, processo administrativo n.º 64114.004469/2023-18, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de manutenção de estação de tratamento de esgoto, especificados nos itens 1 (um) a 6 (seis) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

NR FLS 89
Assinatura

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aermóvel) [1º BIS (Amv)]

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

NR FLS 76
Assinatura

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

NR FLS
Ass.

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

NR FLS 91
Assinatura

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

NR FLS 45
Assinatura

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Manaus, _____ de _____ de _____

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)

registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

NR FLS 05
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMOVEL)
(Companhia de pedestres do Mato Grosso)
BATALHÃO AMAZONAS

JUSTIFICATIVAS DO PROCESSO

Processo nº: 64114.007053/2023-51
Pregão Eletrônico SRP nº 04/2023
Assunto: eventual aquisição de serviços de manutenção de estação de tratamento de esgoto do 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (Amv).

O presente documento tem por finalidade apresentar e justificar os atos administrativos adotados no processo licitatório em questão.

NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES

Conforme documentos constantes no processo, os agentes envolvidos no processo são:

Cel RUI [redacted] – Ordenador de Despesas
Cap PAULO V[redacted] – Fiscal Administrativo/1º BIS (Amv)
Cap ANTÔNIO [redacted] - Comandante do Pelotão de Obras
1º Ten WAGNER [redacted] - Pregoeiro
3º Sgt VICENTE [redacted] – integrante técnico da equipe de planejamento

DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

O presente serviço a ser adquirido deve ser moldado com as especificações do objeto que irá sofrer a manutenção. Por conta disso, o serviço será realizado de acordo com as especificações da estação de tratamento de esgoto do 1º BIS (Amv). Os fornecedores, ao mandarem suas propostas irão moldar seus valores para o serviço prestados nestas condições. Dito isso, não será aberto a participação para outros órgãos pois seriam especificações distintas para cada estação de tratamento inviabilizando a melhor precificação por parte dos fornecedores prejudicando o princípio da economicidade.

DA VALIDADE DA ATA

Tendo em vista a situação econômica atual do país e a instabilidade do mercado, o setor técnico verificou a necessidade de definir a data de validade da ata para 12 (doze) meses, com o intuito de evitar que a licitação seja deserta e/ou uma possível quebra de contrato por não possibilidade de fornecimento do produto.

Além disso, há serviços que são trimestrais, outros são semestrais. Isso significa que deverá ser feito mais de uma vez durante o ano. Por conta disso, o que melhor atende a necessidade da administração pública é a validade de 12 (doze) meses.

PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa seguiu à risca a IN 65 SEGES/ME de 2021 e seus critérios encontrados no Art. 5º priorizando o Painel de Preços e contratações similares da Administração pública. No entanto, devido as especificações exclusivas da estação de tratamento de esgoto que há no 1º BIS, a precificação não condizia com a realidade do serviço necessário e apenas uma contratação similar pode ser utilizada.

Dito isso, foi necessário a pesquisa junto a três fornecedores, respeitando a forma e prazo que a IN nos traz, para complementar o mapa comparativo e chegar no melhor preço de acordo com a necessidade desta UGE.



ADOÇÃO À FORMA DE PAPEL AO INVÉS DA FORMA ELETRONICA

Em conformidade com o Decreto 8.539 de 8 de outubro de 2015 em seu art. 5º, o atual processo administrativo se demonstrou indisponível na forma eletrônica por falta de acesso de seus agentes. Dito isso, há um sério agravante a celeridade do processo que nos obriga a adotar a forma de papel.

ELEMENTOS QUE FALTAM NO ETP (MEMÓRIA DE CÁLCULO E PCA)

Há a falta da memória de cálculo que serve como subsídio para dois elementos do ETP (estimativa da quantidade e estimativa do valor da contratação). Isso se deve por não ser encontrado em nosso escopo de contratações nenhuma manutenção à referida Estação de Tratamento de Esgoto. Dito isso, se torna impossível a confecção desta ferramenta que acompanha dois elementos que estão presentes no ETP.

Além disso, há a falta de um elemento não obrigatório encontrado no inciso II §1º do art. 18 da lei 14.133/21. Não está presente esta contratação no PCA desta Unidade. Isso se deve por conta da adaptação desta UGE ao PCA. A administração não conseguiu prever esta necessidade a um ano atrás. Ela se tornou indispensável para que não tenha danos iminentes levando o Poder Público ter maiores gastos com manutenções corretivas ao invés de preventivas.

Para sanar esta falta, esta UGE se compromete em incluir esta contratação ao PCA escrito este ano e essa contratação estará prevista para o ano que vem, sendo adicionado na janela que está aberta até novembro. Além disso, vale ressaltar que o SRP tem validade de 12 meses levando esta administração a contratar os serviços, em sua maior parte ou total, em 2024 onde a contratação já estará prevista em seu PCA.

ATIVIDADE DE CUSTEIO

De acordo com a portaria 7.828, de 30 de agosto de 2022, em seu art. 2º inciso I, esta contratação se refere a uma atividade de custeio por se tratar do objeto esgoto.

CERTIFICAÇÃO QUE OS SERVIÇOS SÃO COMPLEMENTARES

Certificamos que o serviço a ser realizado é complementar as atividades que constituam área de competência legal do órgão. Além disso, declaramos que o edital cumpre as regras do art. 48 da lei 14.133/21.

NR FLS 92
Assinatura

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE ACATAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64114.007053/2023-51)

Após envio do processo licitatório 04/2023, número do processo 64114.007053/2023-51, para consultoria jurídica por meio do ofício nº 499-SALC/FISC ADM/B Adm EB: 64114.007867/2023-96. Esta UGE recebeu o parecer **n. 00009/2023/ADV-DIST SUM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**.

Com base no parecer, esta unidade informa que tomou os seguintes procedimentos:

1.1 – **DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO**

Nada foi feito para corrigir a possível falta da designação da Equipe de Apoio pois se faz presente na página 42 (quarenta e dois) do processo. Nela encontramos dois membros da equipe de apoio e o pregoeiro designados pela autoridade competente em Boletim Interno.

1.2 – **ASSINATURA NO ETP**

O ETP foi corrigido, sendo levado a autoridade competente para sua aprovação formal por meio de assinatura.

1.3 – MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

A minuta atual encontra-se compatível com a última atualização do modelo de serviços sem mão de obra excluiva da Lei 14.333 de maio/2021.

1.4 – **DO EDITAL**

A correção solicitada faz referência a falta de valor máximo total e valor máximo unitário. Esta UGE observou que o senhor advogado da União pode ter cometido certo equívoco. No Termo de Referência há uma tabela onde encontra-se o valor máximo permitido, tanto total quanto unitário, para todos os itens.

CEL RUI C[redacted]
Ordenador de Despesas do 1º BIS (Amv)

NR FLS 98
Assinatura

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
DISTRIBUIÇÃO SUMÁRIA
RUA SANTA CATARINA, 480, 6º ANDAR, LOURDES BELO HORIZONTE/MG

PARECER n. 00009/2023/ADV-DIST SUM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64114.007053/2023-51
INTERESSADOS: COMANDO DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - CMDO 1º BIS
ASSUNTO: Análise e emissão de parecer sobre minuta de edital, na modalidade Pregão, forma eletrônica, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção da estação de tratamento de esgoto do 1 º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), efetuado pelo Sistema de Registro de Preços

EMENTA: Constitucional. Administrativo. Licitação. Pregão Eletrônico. Necessidade de adequações no texto encaminhado. Aprovação condicional.

Senhor Coordenador,

I.DOS FATOS

1.Os presentes autos foram encaminhados a esta e-CJU/SSEM através do Ofício nº 499-SALC/FISC ADM/B Adm Ofício nº 125/CeIMNa-MB, de 18 de outubro de 2023, do Chefe Seção de Aquisições, Licitações Contratos, *para análise jurídica*, de minuta de edital, na modalidade Pregão, forma eletrônica, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção da estação de tratamento de esgoto do 1 º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), efetuado pelo Sistema de Registro de Preços.

2.O custo total da contratação foi estimado em **R$ 51.415,00** (cinquenta um mil quatrocentos quinze reais), conforme item 9.1 do Termo de Referência.

3.O Órgão Consulente indica no ofício de remessa o emprego dos modelos da AGU, bem como não haver efetuado alterações, sendo possível constatar pelo rodapé da minuta o emprego do Edital modelo para Pregão Eletrônico – Lei nº 14.133/2023, atualização: maio/2023.

4.O processo, digitalmente inserido no sistema Sapiens, encontra-se ainda instruído com a seguinte documentação relevante para a análise:

a)Formalização de demanda;

b)Estudo Técnico Preliminar 6/2023;

c)Termo de responsabilidade sob a pesquisa de preços realizadas e de observância das prescrições constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021;

d)Mapa comparativo;

e)Justificativa, não assinada, para a não priorização dos parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, conforme exigido pelo § 1.º do mesmo artigo;

f)Cotações obtidas de fontes diversas;

g)Cópia de ato de designação de militares para integrarem a equipe de planejamento da contratação;

h)Cópia de ato de designação do pregoeiro;

i)Extrato de lançamento da IRP;

j)Minuta de edital;

k)Termo de Referência, trazendo, a final, a aprovação do Ordenador de Despesas;

l)Minuta de ata de registro de preços; e

m)Justificativas do processo.

II.DO DIREITO

NR FLS 77
Assinatura

II.1.Da finalidade e abrangência do parecer jurídico

5.A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados, podendo abranger, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas de editais, seus anexos, de contratos e instrumentos congêneres.

6.Sua função é justamente apontar possíveis riscos **do ponto de vista jurídico** e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7.Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos **jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8.De fato, presume-se que as especificações técnicas **porventura** contidas no processo, inclusive quanto ao eventual detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9.De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si só, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10.Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. **Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção**. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva do Gestor.

II.2.Da indicação da minuta padrão adotada e da ausência de destaque das alterações efetuadas

11.O Órgão Consulente registrou o emprego dos modelos da AGU, bem como não haver efetuado alterações.

12.As minutas padrão nacional foram instituídas com o objetivo de dar maior segurança jurídica, bem como uniformidade e celeridade na análise dos editais de licitação, permitindo aos pareceristas se concentrarem apenas nos itens que os Órgãos Assessorados indicarem como modificados e/ou acrescentados.

13.Desse modo, **eventual** redação dissonante da empregada no modelo da AGU indicado no rodapé das minutas, cuja correção não tenha sido detectada e expressamente abordada na presente manifestação, **há de ser considerada como não aprovada**, devendo o os autos retornarem para nova análise tanto na hipótese de o Órgão Consulente pretender empregar novo texto, quanto na de **constatar a existência de alteração que, por engano ou esquecimento, afirmou não existir, ou não fora adequadamente realçada**.

II.3.Da inexistência de ato de designação da Equipe de Apoio

14.Nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, razão pela qual esta e-CJU/SSEM **recomenda** ao Órgão Consulente que saneie a apontada impropriedade **antes** da deflagração da fase externa do procedimento.

II.4.Da ausência de aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente

15.A aprovação motivada do estudo técnico preliminar pela autoridade competente é documentação indispensável à adequada instrução processual, nos termos do art. 14, II, do Decreto nº 10.024/2019.

16.Desse modo, esta e-CJU/SSEM **recomenda** ao Órgão Consulente que supra tal omissão antes da deflagração do certame.

II.5.Da necessidade de adequação da minuta de termo de referência indicada

17.A redação constante da minuta encaminhada sugere que o Órgão Consulente adotou a pertinente a Compras, quando o esperado seria o emprego do modelo: Termo de Referência Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023).

18.Diante do exposto, esta e-CJU/SSEM **recomenda** ao Órgão Consulente que compatibilize a redação com a constante do modelo para serviços.

II.6.Das correções necessárias na minuta de edital e de seus anexos

19.Alguns itens da minuta de edital reclamam complementação e outros tantos, detalhamento.

20.. O item 7.7.3 da minuta de edital impõe a desclassificação da proposta que *apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.*

21.Acontece que **não há na minuta, nem nos anexos que a compõem, qualquer valor máximo estabelecido**, nem se pode inferir essa qualidade do quadro constante do item 1.1 do Termo de Referência, cujos cabeçalhos das colunas que tratam de custo falam apenas VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL.

22.Ante ao exposto, esta e-CJU/SSEM **recomenda** ao Órgão Consulente **que preencha adequadamente a minuta com as informações indicadas.**

23.Registre-se aqui que, **todas as recomendações atinentes à minuta de edital estendem-se** à minuta de termo de referência e demais documentação que instrui os autos.

24.Também não pode olvidar o Órgão Consulente de apor a data e o local em todos os documentos deles privados, em atendimento ao art. 22, § 1.º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

25.Diante do exposto, esta e-CJU/SSEM **recomenda** ao Órgão Consulente que revise todo o texto dos anexos e promova as adequações necessárias, já que permanência das impropriedades apontadas são causa impeditiva da deflagração da licitação.

NR FLS 120
Assinatura

III.CONCLUSÃO

26.Todas as recomendações constantes da presente manifestação de aplicam ao instrumento convocatório e demais anexos que o compõem.

27.Diante do expendido, e em conformidade com os Enunciados de Boa Prática Consultiva[1] - BPC números 5[2] e 32[3], este Órgão de Assessoramento da Advocacia-Geral da União, **aprova a minuta de edital,** assinada digitalmente em anexo à presente manifestação, **condicionando a validade e a deflagração** do certame à **adequação** dela, bem como dos demais documentos que instruem os autos, ao cumprimento das **recomendações e ao saneamento das impropriedades apontadas no presente parecer**, notadamente as descritas nos parágrafos 14, 16, 18, 22 à 25, sem prejuízo do exposto no parágrafo 14.

É o parecer[4],
Recife, 06 de novembro de 2023
assinado eletronicamente por
PABLO E [redacted]
ADVOGADO DA UNIÃO

---

[1] Brasil. Advocacia-Geral da União. Manual de Boas Práticas Consultivas. 2.ed. Brasília: AGU, 2012. 67 p. Disponível em: http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/download/cartilhas/Manual_Boas_Praticas_Consultivas_20110126.pdf

[2] *Não é necessário que o Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronuncie-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas em anterior manifestação jurídica, desde que suas orientações explicitem, se for o caso, os termos das cláusulas que o Advogado Público entenda adequadas.*

[3] *A segurança do Advogado Público pode recomendar a devolução do processo, sempre que faltarem elementos suficientes à manifestação jurídica. Contudo, os processos não devem ser devolvidos caso a providência não seja imprescindível à análise, sendo possível, nestes casos, a emissão de conclusões condicionadas ao saneamento de formalidades não prejudiciais à apreciação jurídica.*

[4] Desnecessidade de aprovação prévia pelo Coordenador, nos termos do art. 22 do Regimento Interno da e-CJU/serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, aprovado pela PORTARIA E-CJU/SSEM/CGU/AGU Nº 1, DE 21 DE JULHO DE 2020, publicada no Suplemento B do BSE Nº 30, de 30 de julho de 2020.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64114007053202351 e da chave de acesso 7835e0dd

Documento assinado eletronicamente por PABLO E [redacted], com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1316335216 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): PABLO [redacted], com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-11-2023 11:53. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

NR FLS 101
Assinatura

Estudo Técnico Preliminar 11/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), com base na Lei 14.133/21, a qual disciplina os procedimentos de Licitações e Contratos Públicos e nas suas alterações dadas pelos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (lei de Responsabilidade Fiscal/LRF).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de Obras	Antônio F[redacted] - Cap - Responsável
Pelotão de Obras	Vicente [redacted] - 3º Sgt - Apoio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1. O licitante deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 14.133/21 e com o Art. 5º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2. Aplicar as normas técnicas da associação brasileira de normas técnicas – ABNT NBR, referente ao fornecimento de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência;

4.1.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.5. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo Hexavalente (Cr (VI), Cádmio (Cd), BifenilPolibromados (PBBs), Éteres Difenil- Polibromados (PBDEs);

4.1.7. Adote práticas de sustentabilidade na fabricação, envio e fornecimento dos objetos, bem como, dos descartes dos materiais não utilizados quando da fabricação, tais como os relacionados nos incisos I a IV do Art. 5º da IN nº 1, de 2010;

4.1.8. Caso não se confirme a adequação do produto com a Norma de Sustentabilidades Ambientais, a proposta selecionada será desclassificada;

4.1.9. Visando efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editas de licitações promovidas pela administração pública, em atendimento ao Art. 170 da CF

/1988, ao Art. 5º da Lei nº 14.133/21 alterado pela Lei nº 12.349/2010, a Lei nº 12.178/2009, Lei nº 12.305/2010 e art. 5º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a adjudicatária deverá apresentar declaração de sustentabilidade ambiental;

4.1.10. Tais exigências visam atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade da administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e sócio ambiental entre as partes contratantes.

4.2. Prazo de contratação

4.2.1. O período de aquisição será de 12 (doze) meses, conforme prazo de validade da respectiva ata de registro de preços – ARP.

4.3. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.3.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum as mais diversas entidades, considerando suas respectivas rotinas administrativas.

4.3.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, sem, contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.4. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.4.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 / ME, obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.4.1.1. da Ordem de Prioridade da Pesquisa:

a) Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br) (Art. 2º, I);
b) Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços (Art. 2º, II). Deve ser ressaltado, que os dois parâmetros acima devem ser priorizados, conforme se verifica no art. 2º, §1º da IN 05;
c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso (Art. 2º, III);
d) Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, IV). Neste caso, os fornecedores deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, com prazo de resposta não inferior a cinco dias úteis (Art. 3º).
4.4.1.2. Por fim, os parâmetros acima poderão "ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência" (Art. 2º, §1º).
4.4.2. Ainda em relação às disposições IN 05 devem ser ressaltados os seguintes aspectos:
4.4.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:
a) a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos; (Art. 2º, § 2º);
b) que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços; (Art. 2º, § 2º), podendo, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (Art. 2º, § 6º);
c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Art. 2º, § 2º);
d) que poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente. (Art. 2º, § 3º);
e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (Art. 2º, § 4º).
4.4.2.2. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS: a) Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação
de vendas (Art. 4º).
4.5. Descrição da solução como um todo
4.5.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração, e por consequência, o interesse público.
4.5.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiência dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos insumos

NR FLS 103
Assinatura

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum às mais diversas entidades, considerando suas respectivas rotinas administrativas.

5.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3 deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração e, por consequência, o interesse público sem, contudo, restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo devem estar em consonância com os interesses da Administração e, por consequência, do interesse público.

6.2. Neste sentido, deve ser ressaltado que os bens adquiridos devem proporcionar à continuidade dos serviços, sobretudo, as demandas administrativas, de forma a estimular a eficiê cia dos recursos humanos empregados, assim como priorizar a eficácia no resultado dos trabalhos que dependam dos respectivos insumos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em cumprimento ao que descreve o art. 24, § 1°, IV da Instrução Normativa 05/2017 c/c art. 18, §1° e 2°, da Lei 14.133/21, a equipe que abaixo subscreve este estudo, fez o levantamento preliminar para contratação da empresa para prestação de serviço de manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE do Cmdo do 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel).

7.2. Segue abaixo a relação dos serviços que foram identificados conforme a necessidade desta Administração, contendo o código de cadastro do serviço junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas estimativas de quantitativo total e de requisição mínima e máxima por pedido:

Item	Cat Mat	Especificação	Unid	Qtde Total
1	19526	SERVIÇOS DE ANALISES FÍSICO-QUÍMICAS DE EFLUENTES, Características: especializada em coleta, análise e fornecimentos de laudos analíticos dos ensaios laboratoriais de efluentes. Características Adicionais: assinado por profissional habilitado. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	4
2	19526	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, com inspeção da estação em in loco inclui cloração. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	24
3	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, com retirada de lodo e limpeza do tanque. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	2
4	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em manutenção preventiva em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com retirada de detritos da caixa de gradeamento e caixa de gordura do rancho.	Und	12

NR FLS 104

		Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).		
5	19526	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, Características: especializado em fornecimento de peça e insumos para manutenção preventiva e/ou corretiva em Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	1
6	19526	SERVIÇO DE EMISSÃO. Características: especializado em emissão de autorização de outorga para lançamento de efluentes. Requerimento de regularização de pedido de outorga – modelo IPAAM; Formulário de registro no CNARH – modelo IPAAM; Relatório Técnico com ART – modelo IPAAM; Formulário de solicitação de outorga para lançamento de efluente – modelo IPAAM e análise de água, conforme CONAMA nº 430/2011. Conforme Termo de Referência e Manual Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).	Und	1

7.4. em relação às estimativas de preços, tais parâmetros serão contemplados no Termo de Referência, a partir da respectiva pesquisa de mercado, conforme diretrizes constantes no subitem 4.4 deste estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 51.415,00

Considerando os orçamentos encontrados, optou-se pelo uso da **MÉDIA** dos 4 (quatro) orçamentos restantes, que resultou no valor orçado de R$ 51.415,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e quinze reais).

Sendo assim, foi utilizado os seguintes critérios para estimativa do valor do objeto:

a. 1 (uma) fonte de orçamento com base no inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65.

b. 3 (Três) fontes de orçamento, cada uma fundamentada no inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65.

A utilização dessas fontes alinha-se ao rigor e à transparência necessários para o adequado planejamento e execução do projeto em questão.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Nova Lei de Licitações, llei 14.133/21, em seu art. 18º, § 1º inciso VIII c/c art. 7º, inciso VII da IN 40/2020, elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

9.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

9.3. No presente caso, como se trata de itens relacionados, há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos.

9.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens que serão adquiridos, esta equipe optou pelo o não parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, nos termos da legislação vigente.

NR FLS 105
Assinatura

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O planejamento para a contratação de serviço de manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto do 1° BIS (Amv), adotando-se a modalidade pregão, na sua forma eletrônica pelo Sistema de Registro de Preços fica evidenciada, pois há a necessidade de contratações frequentes, por se tratar de um serviço de manutenção preventiva, a qual demanda determinados tipos de ações (serviços) a serem realizadas na ETE ao longo do período de vigência do contrato e ainda por ser considerado necessário e imprescindível ao 1° BIS(Amv), no desempenho de suas atribuições, enquadrando-se no prescrito nos inc. I e II do art. 3° do Dec. 7.892/13.

12. Gerenciamento de Risco

12.1. O presente estudo tem por escopo identificar os principais riscos (probabilidade) envolvidos nesta contratação, bem como, identificar os danos (atribuindo graus de impacto), assim como os responsáveis pela prevenção/tratamento e ainda ações de contingenciamento, conforme disposto nas linhas seguintes.

12.2 A classificação de risco será aferida pelo seguinte método: probabilidade x impacto = classificação de risco

12.3. Identificação e tratamento dos riscos

12.3.1. Risco n° 1 - Equipe de planejamento sem afinidade com a matéria ou a devida capacitação:

a. Identificação do dano: *Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos para a União.*

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	**(X)**	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo(2)	Médio (3)	**Alto (4)**	Muito Alto (5)
Impacto	( )	( )	( )	(X)	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo(2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
( )	( )	**(X)**
Risco baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	**Risco Extremo (15 a 25)**

c. Ações Preventivas e de Contingência:

NR FLS 106
Assinatura

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Capacitação de militares responsáveis pela elaboração do estudo.
2	Fiscalização dos trabalhos por parte da Seção responsável pela seleção de fornecedor.
Id	**Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação preventiva)**
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

12.3.2. Risco nº 2 - Descrição genérica de itens da licitação

a. Identificação de Dano:

A descrição genérica de itens da licitação podem causar inúmeros danos à aquisição de materiais. O maior destaque é a aquisição de materiais desnecessários, em detrimento da real necessidade da Administração.

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	( )	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

c. Ações Preventivas e de Contigência:

NR FLS 1078
Assinatura

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: conferir se a descrição de cada item elencado no pedido atende às especificações técnicas previstas em lei, se for o caso, bem como se confere como a descrição constante no Catálogo de Materiais – CatMat – no âmbito do SIASG.
2	Caso o item esteja em desacordo com as exigências acima, as especificações deverão ser retificadas pelo setor técnico/requisitante.

Id	Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação preventiva)
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

12.3.3. Risco nº 3 - Elencar itens na licitação, sobretudo, em relação às especificações técnicas, sem observar regulamentação específica de órgãos fiscalizadores, tais como: INMETRO, ANVISA, IBAMA, etc.

a. Identificação de Dano:

Aquisição de produtos sem a devida certificação dos órgãos fiscalizadores. tal fato compromete a segurança da administração e traz a possibilidade de real de dano à saúde dos servidores responsáveis pela respectiva manipulação.

b. Classificação de Risco:

NR FLS 168
Assinatura

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Preliminar, com especial atenção para as especificações dos itens, a fim de identificar eventual legislação que rege a matéria.

Id	Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da açãopreventiva)
1	Setor requisitante: - verificar se há possibilidade de aproveitamento dos produtos adquiridos; - Em caso positivo, orientar os usuários acerca da devida cautela para a manipulação do material.

12.3.4. Risco nº 4 - Estimativa de quantitativo excessivamente acima da necessidade da administração:

a. Identificação de Dano:

Licitante vencedor poderá não entregar os bens, tendo em vista que durante a fase de disputa declinou os valores ofertados, na percepção aparente de que o respectivo bem seria requisitado em grandes quantidades.

b. Classificação de Risco:

GRAU DE RISCO					
Probabilidade	( )	( )	( )	**(X)**	( )
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	**Alto (4)**	Muito Alto (5)
Impacto	( )	( )	( )	( )	**(X)**
	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	**Muito Alto (5)**

109
Assinatura

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO		
( )	( )	(X)
Risco Baixo (1 a 6)	Risco Elevado (8 a 12)	**Risco Extremo (15 a 25)**

c. Ações Preventivas e de Contingência:

Id	Ação Preventiva (Obs.: tratamento do risco)
1	Setor de Seleção do Fornecedor: - Analisar o Estudo Técnico Preliminar, com especial atenção para as justificativas dos quantitativos.
2	Em caso de justificativas "genéricas" que não correspondam ou não se aproximem da realidade da administração, o processo deverá ser devolvido ao Setor Requisitante para os justes necessários.

Id	Ação de Contingência (obs. Quando o risco / dano ocorre, apesar da ação preventiva)
1	Autoridade competente: - Anular eventuais atos ilegais; - Revogar atos inconvenientes; - Convalidar/retificar atos que assim o permitam; - Providenciar apuração de responsabilidades.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A realização da manutenção preventiva regular da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) traz uma série de benefícios significativos para a administração desta Unidade Militar. Abaixo estão os principais benefícios a serem alcançados:

a. Garantia de Funcionamento Adequado:

A manutenção preventiva assegura que todos os componentes da ETE estejam operando dentro de suas especificações e capacidades nominais, evitando falhas inesperadas e interrupções no tratamento de esgoto.

b. Prolongamento da Vida Útil dos Equipamentos:

Ao identificar e corrigir precocemente desgastes ou danos nos equipamentos da ETE, é possível estender sua vida útil, evitando assim a necessidade de substituições prematuras, o que seria mais custoso.

c. Eficiência Energética:

Com a manutenção regular, é possível ajustar e calibrar os sistemas da ETE para operarem de maneira mais eficiente, economizando energia e reduzindo os custos associados.

NR FLS 110
Assinatura

d. Atendimento às Normativas Ambientais:

O 1° BIS (Amv) estará em conformidade com todas as leis e regulamentações ambientais vigentes, evitando multas e penalidades decorrentes de descumprimentos.

e. Redução de Riscos à Saúde e Segurança:

A manutenção preventiva minimiza os riscos de vazamentos, transbordos ou outros incidentes que possam comprometer a segurança dos militares e a saúde pública.

f. Preservação do Meio Ambiente:

Uma ETE bem mantida garante que o esgoto seja tratado de forma eficaz, reduzindo os impactos negativos sobre os corpos d'água e os ecossistemas locais.

g. Economia Financeira:

A manutenção preventiva, embora represente um investimento inicial, é mais econômica a longo prazo, pois evita gastos excessivos com reparos emergenciais ou substituições de equipamentos.

h. Preservação da Imagem Institucional:

Manter a ETE em pleno funcionamento e em conformidade com as normativas ambientais reflete positivamente na imagem do 1° BIS perante a comunidade local e outras instituições militares.

i. Aprimoramento da Capacidade Operacional:

Ao garantir o funcionamento adequado da ETE, o 1° BIS pode concentrar seus recursos e esforços em suas atividades-fim, sem serem desviados para lidar com problemas de tratamento de esgoto.

j. Contribuição para a Sustentabilidade:

Ao tratar de maneira eficiente os resíduos líquidos produzidos, o 1° BIS demonstra comprometimento com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, alinhando-se a práticas modernas de gestão ambiental.

Portanto, a administração do 1° BIS (Amv) colherá diversos benefícios ao investir na manutenção preventiva regular da Estação de Tratamento de Esgoto, promovendo eficiência operacional, responsabilidade ambiental e economia de recursos.

14. Providências a serem Adotadas

Consoante ao inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21, elencam-se as providências que serão adotadas pela administração, de forma prévia à formalização do contrato para a realização do Pregão Eletrônico referente à Manutenção de Estação de Tratamento de Esgoto:

a. Levantamento Detalhado das Demandas de Manutenção:

Realizar um levantamento minucioso das necessidades de manutenção na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), identificando os equipamentos, sistemas e componentes que requerem intervenção.

b. Elaboração do Termo de Referência (TR):

Preparar o Termo de Referência (TR) que descreva de forma precisa os serviços de manutenção necessários, incluindo especificações técnicas, prazos, critérios de aceitação e outros requisitos pertinentes.

c. Cotação de Preços e Orçamentos:

Realizar a cotação de preços junto a fornecedores potenciais, garantindo a competitividade do processo. Analisar e comparar os orçamentos recebidos, considerando critérios como preço, qualidade dos serviços e prazos de execução.

d. Adequação do Ambiente Organizacional:

Verificar se o ambiente da organização está preparado para receber os serviços de manutenção, providenciando eventuais adaptações ou ajustes necessários para a execução dos trabalhos.

NR FLS 111
Assinatura

e. Capacitação de Servidores ou Empregados:

Prover treinamento e capacitação aos servidores ou empregados incumbidos da fiscalização e gestão contratual. Esta capacitação abrangerá conhecimentos relativos aos procedimentos específicos da manutenção da ETE e às obrigações contratuais.

f. Definição da Equipe de Fiscalização:

Designar os profissionais responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços contratados, garantindo que possuam o conhecimento técnico necessário para avaliar a qualidade e conformidade das atividades realizadas.

g. Preparação da Documentação para o Pregão Eletrônico:

Providenciar toda a documentação exigida para a realização do Pregão Eletrônico, incluindo o edital, o Termo de Referência, os anexos e demais documentos pertinentes.

g. Divulgação do Edital e Realização do Pregão Eletrônico:

Publicar o edital e os demais documentos do certame no sistema de compras governamentais e conduzir o Pregão Eletrônico de acordo com os procedimentos estabelecidos.

h. Avaliação e Habilitação dos Participantes:

Avaliar as propostas apresentadas pelos fornecedores, verificando a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Realizar a habilitação dos participantes de acordo com os critérios previamente definidos.

i. Adjudicação e Homologação:

Adjudicar o objeto do contrato ao fornecedor vencedor do certame e homologar o resultado do Pregão Eletrônico.

j. Celebração do Contrato:

Formalizar o contrato com o fornecedor selecionado, incluindo todas as cláusulas e condições acordadas.

Por meio dessas providências, a administração se encontra devidamente preparada para conduzir o Pregão Eletrônico, visando à Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto, em estrita observância às normativas vigentes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A Manutenção Preventiva da Estação de Tratamento de Esgoto do 1º BIS (Amv) representa uma iniciativa benéfica, sem a introdução de impactos negativos de relevância. Ao contrário, ela se traduz em uma série de vantagens operacionais, econômicas e ambientais tanto para este Batalhão, quanto para a comunidade circundante.

Sendo assim, visando cumprir a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, como condição de habilitação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o licitante DEVERÁ preencher e assinar documento que declara expressamente aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as Normas de Proteção ao Meio Ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CLTI/MPOG), sob pena de inabilitação de sua proposta.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme estudo relatado durante todo o documento.

NR FLS 112

Assinatura

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RUI [redacted]

Autoridade competente